

INCLUSÃO EDUCACIONAL E ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO A ALUNOS PORTADORES DE ALBINISMO: UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA COMUNIDADE VIRTUAL ALBINOS DO MEU BRASIL

GUSTAVO THAYLLON FRANCA¹.

¹Pós-graduado em Gestão escolar, Orientação e Supervisão pelo Centro Universitário Barão de Mauá (CBM), Pós Graduado em Educação especial e inclusiva pela Faculdade de Educação São Luís (FESL), Pós-Graduado em Ensino religioso inclusiva pela Faculdade de Educação São Luís (FESL), Graduado em Licenciatura em Computação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Graduado em Marketing pelo Centro Universitário Internacional Uninter, gustavo.thayllon@gmail.com.

RESUMO

A inclusão e o atendimento educacional especializado a portadores de albinismo nunca foi uma discussão que se fizesse pauta dentro das instituições educacionais; contudo, haja vista que albinismo se trata de uma patologia que condiciona seus portadores a diversas outras síndromes, faz-se necessário um estudo mais aprofundado. Este estudo possui como objetivo busca-se demonstrar, através de um estudo de caso, que é necessário abrirem os olhos para as políticas públicas de inclusão de pessoas portadoras de albinismo no contexto escolar com os devidos acompanhamento pedagógicos especializados e adequados para a especificidade de tal grupo, através de uma metodologia de estudo de caso, que buscou aprofundar o objeto de estudo.

Palavras-chave: Diversidade; Inclusão social; Políticas Públicas.

EDUCATIONAL INCLUSION AND SPECIALIZED SCHOOL ATTENDANCE TO ALBINISM STUDENTS: A CASE STUDY CONDUCTED IN THE VIRTUAL COMMUNITY ALBINOS OF MY BRAZIL

ABSTRACT

Inclusion and specialized educational care for individuals with albinism, has never been a discussion within the educational institutions, however, since albinism is a pathology that conditions its patients to several other syndromes, a more detailed study is necessary. in-depth. The objective of this study is to demonstrate through a case study that it is necessary to open the eyes to the public policies of inclusion of people with albinism in the school context with the appropriate specialized pedagogical accompaniment and adequate for the specificity of such group, through a methodology of case study, which sought to deepen the object of study.

Keywords: Diversity; Social inclusion; public policies.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, fala-se muito sobre direitos das pessoas negras, idosas, LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e diversos outros públicos, inclusive os direitos humanos garantem tais direitos para os respectivos públicos.

Partindo dessa premissa, surge então um público que até o presente momento está inferiorizado, que são as pessoas portadoras de albinismo, pois até o presente momento, não existem dados consolidados de questões demográficas relativos a quantos albinos existem no Brasil, ou seja, não existe um senso para tal público, fazendo com que os olhos se fechem para às suas reais necessidades.

Nessa visão, percebe-se que a ausência de políticas públicas e o desconhecimento de tal público faz com que ocorra, além do preconceito de raças e de diferenças, diversas perspectivas discriminatórias e ainda ocorra dentro dessa esfera a não asseguração de direitos que estes merecem (BISCARO, 2016).

Em diversos países, sejam da Europa, ou até mesmo no Brasil, os portadores de albinismo, sofrem diversas reações discriminatórias da sociedade, sendo agressões físicas, verbais, sugerem nomeações sugestivas, olhares atravessados, sendo que alguns são até mortos, pois, em determinados países e regiões, essas pessoas são vistas como seres místicos. (SANTOS, 2016)

Partindo deste cenário em que os olhos das políticas públicas e da asseguração dos direitos das pessoas albinas se fecham, faz-se necessário um estudo acerca dos norteadores das necessidades do cidadão albinos, sabe-se que o portador do albinismo, em toda a sua vida, necessita de alguns cuidados especiais.

De acordo com Terra (2012), alguns cuidados necessários que a pessoa albina deve tomar são: a proteção contra a radiação ultravioleta é primordial para evitar o surgimento precoce do câncer de pele. Assim, dentre os principais cuidados a serem tomados estão o uso constante de protetor solar e de óculos escuros com proteção para evitar complicações oftálmicas. Além disso, é recomendável também a utilização de acessórios como chapéus com abas, sombrinhas, roupas de tecido com trama bem fechada e visitas periódicas ao oftalmologista e ao dermatologista.

Cuidados estes que a alteração genética os impões, limitações como, por exemplo, visuais, dermatológicas, limitações educacionais o que enquadra a pessoa com albinismo em quadro de deficiência, haja vista que, segundo a lei de deficiência lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu art. 2º, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Partindo do pressuposto de que os albinos estão condicionados a algumas patologias advindas do albinismo, como, por exemplo, baixa visão, albinismo óculo cutâneo e albinismo ocular, que, por sua vez, configura-se como perda severa da visão reduzindo-a a sua operacionalidade a 20 ou 30%, surge a indagação de que a pessoa com albinismo, para ser incluída no cenário escolar, necessita de um atendimento escolar/educacional especializado, a fim de conseguir, em igualdade e plenitude, uma alfabetização integral.

Por conseguinte, como objetivo primordial deste artigo, busca-se demonstrar através de um estudo de caso que é necessário abrirem os olhos para as políticas públicas de inclusão de pessoas portadoras de albinismo no contexto escolar com os

devidos acompanhamento pedagógicos especializados e adequados para a especificidade de tal grupo.

Nesse panorama, este trabalho se iniciou com a investigação de possíveis temas a serem pesquisados acerca das correntes norteadoras da educação especial e atendimento educacional especializado. O levantamento bibliográfico é feito a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Após o levantamento da teoria que subsidia o projeto, foi definido o tipo do método de pesquisa, que, por sua vez, definiu-se como metodologia de estudo de caso com levantamento bibliográfico, o que designa um método de abordagem de investigação em ciências sociais simples ou aplicadas. Consiste na utilização de um ou mais métodos qualitativos de recolha de informação e não segue uma linha rígida de investigação.

Neste entendimento, o estudo de caso que se tratará esta pesquisa foi realizado na comunidade virtual “Albinos do meu Brasil”, em que foi disponibilizado um questionário semiestruturado para a participação dos albinos.

2 ALBINISMO – CONCEITUAÇÃO, HISTÓRICO E PATOLOGIAS ACOMETIDAS

Percebeu-se, nas últimas décadas, grandes movimentos por parte das Secretarias de Planejamento, Assistência Social e pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC; assim, surgiram diversas estratégias que objetivam incluir e promover a redução dos processos discriminatórios sociais, sejam em perspectivas sociais e ou educacionais.

Contudo, conforme Biscaro (2012, p. 185), salutar e louvável, a luta pelo direito à inclusão caminhou bastante nas últimas décadas, mas, curiosamente, manteve na invisibilidade um grupo altamente visível por suas características físicas, as pessoas com albinismo (PCA's).

Albinismo é uma condição genética ou patologia a qual os sujeitos nascem sem melanina, cuja função é dar pigmentação a pele, pelos e olhos e proteger o indivíduo contra radiação sola.

Nessa perspectiva, Biscaro (2012) afirma que:

A ausência da substância torna as PCA's totalmente vulneráveis à radiação UVA e UVB. Desse modo, a probabilidade de desenvolvermos câncer de pele é muito alta, especialmente em países tropicais como o Brasil. A fim de minimizar os riscos, as PCA's devem aplicar bloqueador solar, fator 30 ou mais, a cada duas horas, mesmo em dias sem sol. Além disso, aconselha-se evitar o sol nos horários mais quentes. Ao sair ao sol, albinos devem usar chapéus de abas largas, camisa de manga comprida, enfim, expor a menor quantidade de pele possível aos raios. Hoje existem vestimentas com proteção contra a radiação UV, mas o preço é elevado (BÍSCARO, 2012, p.185).

Ainda na visão de Biscaro (2012), a maioria das PCA's apresenta baixa visão, algumas se encaixando na categoria de legalmente cegas. Óculos de grau – inclusive escuros para ambientes abertos – e equipamentos facilitadores de leitura e locomoção são fundamentais, mas também a custo elevado.

4 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Sabe-se que é por meio da educação que se desenvolve a integração do sujeito à sociedade, transmite-se conhecimento, promove-se senso crítico e a cultura; a educação ainda se constitui para a formação cidadã, fazendo com que a sociedade e o mundo se torne melhor.

O atendimento educacional especializado é um recurso que objetiva suprir e adequar o processo de ensino-aprendizagem para alunos portadores de necessidades especiais, ao qual é garantido pela lei das diretrizes e bases da educação nacional.

Nessa concepção, Rosito, Bortolini e Accorsi (2015) afirmam que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) busca, através de políticas públicas, reorganizar a educação especial e inclusiva, implementando diretrizes e ações que buscam desdobrar e melhorar os serviços de AEE, visão não somente a substituição do ensino, mas sim complementar a formação do aluno.

Nessa perspectiva, a lei Nº 12.796, de 4 de abril de 2013, em seu artigo 4º e inciso III, define atendimento educacional especializado sendo gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Já na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu 59º art, em seus respectivos incisos afirmam que:

- I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Nessa visão, percebesse, no inciso I, que é vital adequar tanto o currículo, quanto as metodologias e os recursos educativos para atender as demandas específicas do aluno, ou seja, priorizar a educação democrática e transformadora. No que tange à formação de professores, esta vem sendo sempre debatida e dialogada com as secretarias de educação estaduais e o Ministério da Educação e Cultura (MEC); este fator vem sempre reforçando e atualizado a medida que se fazem necessários os pré-requisitos de formação e formação continuada para profissionais que trabalhem na educação especial e inclusiva..

5 ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Encontram-se diversos aspectos teóricos metodológicos da educação especial e inclusiva e diversas legislações que abarcam e direcionam a operacionalização da modalidade; para fins de conceituação, a LDB lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, define educação especial em seu 58º art. sendo:

- § 1º A modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, asseguraram ainda, currículos, técnicas e demais metodologias para o devido atendimento das demandas educacionais especializadas, perpassando por este cenário surge então a necessidade de se inicialmente conceituar currículo e aplicá-lo a educação especial.

Calderari, Mendonça e Prestes (2014, p 33) afirmam que o currículo compreende historicamente uma série de dimensões, que vão desde uma proposta de organização do conhecimento, organização das disciplinas, que modela o contexto em objetivos, até procedimentos, métodos e resultados mensuráveis, ou seja, concentram-se mais na técnica de “como as coisas devem ser

Nessa concepção, deve-se fazer presença não a igualdade, mas sim a justiça, garantia de aprendizado e desenvolvimento das habilidades cognitivas, culturais e sociais e o currículo corrobora para tal processo; nessa concepção, seguindo a linha de pensamento dos autores anteriores, algumas sugestões são apresentadas para a diversidade e para perpetuação do currículo na educação inclusiva.

Estar na escola não significa que o aluno esteja aprendendo. Atualmente, a escola preocupa-se muito com a aprendizagem e pouco com o sujeito que está aprendendo. A escola tem um projeto educativo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas (professor-aluno) e a amplitude e os limites de seus objetivos e ações. O espaço relacional da escola deve dar lugar à fala, ao discurso, pois é ele que pode fundar um laço social, a possibilidade de reconhecimento do “Eu” (identidade pessoal), e o lugar dentro do grupo. Quando se estabelece o diálogo com a situação do cotidiano escolar, o vínculo torna-se imprescindivelmente dinâmico, atualizado e forte. O comportamento é expressão do contexto mais amplo, em função de uma relação dialética professor-aluno, e não linear. Dessa perspectiva teórica, assumimos que os processos psicológicos são constituídos nas práticas sociais, sob as condições histórico-culturais (CALDERARI, MENDONÇA e PRESTES 2014, p 33).

Partindo dessa concepção, não se pode falar em currículo sem abordar a metodologia de avaliação; neste sentido, Calderari, Mendonça e Prestes (2014) afirmam que as avaliações de alunos com necessidades especiais devem adaptações que têm como finalidade a adequação dos modos de avaliação às peculiaridades de cada aluno.

Nesse cenário, os autores apresentam duas visões de avaliação

Avaliar constantemente as relações que se estabelecem no contexto educacional, que estão diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem. Devemos cuidar para não ficarmos “paralisados”, observando as reais dificuldades de aprendizagem, pois elas podem estar agravadas por problemas relacionais, ou pela dinâmica das aulas, às vezes a forma como são apresentados os conteúdos, entre outros. Avaliar os produtos por meio dos processos – ao averiguar o que foi aprendido precisamos saber quais foram as facilidades e dificuldades, o que direcionará as modificações necessárias (CALDERARI, MENDONÇA e PRESTES 2014, p 33),

Nessa ceara, percebe-se que o processo formativo está diretamente atrelado ao processo de avaliação de aprendizagem; perpassando por essa premissa, o professor

deve considerar a especificidade de cada aluno, objetivando avaliá-lo mediante o desenvolvimento que obtiveram.

6 CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

CARACTERIZANDO O AMBIENTE DA PESQUISA

Para que seja feita a análise de resultados, é necessário entender onde foi feita a coleta das informações bem como o processo de levantamento dessas pesquisas.

Por universo de pesquisa, entende-se o espaço físico ou não onde foi aplicado um determinado instrumento para que o conhecimento seja extraído e após analisado. Partindo desta premissa, o Universo em que foi aplicado o instrumento de coleta de informações foi na Comunidade Virtual do Facebook “Albinos do meu Brasil e do mundo”.

Esta comunidade foi fundada em meados de 2004 por Andreza Cavalli e André Cavalli, a comunidade inicialmente foi criada na rede social Orkut atualmente extinta e, posteriormente, migrada para o facebook.

Sabe-se que as tecnologias da informação e comunicação têm a capacidade de agrupar pessoas com interesses em comum e foi isso que os irmãos Cavalli fizeram, conseguiram reunir pessoas que até então se sentiam sozinhas em uma comunidade em que se debatem conteúdos acerca da sociedade e de albinismo em geral.

Esta comunidade, atualmente, reúne cerca de 1.407 membros albinos e não albinos; ressalta-se que essa comunidade virtual não é apenas uma comunidade que agrupa pessoas, mas sim cria uma identidade para a pessoa portadora de albinismo, haja vista que esta comunidade gera visibilidade para o sujeito albino, cria laços e, sobretudo, faz com que diminua o preconceito e a segregação social; além disso, esta comunidade serve de suporte para os albinos em geral, pois serve para pais de crianças albinas sanarem suas indagações acerca da patologia de seus filhos, e até mesmo, para sanar quaisquer dúvidas de outras pessoas, sejam elas albinas ou não.

Para além do que foi visto anteriormente, a comunidade “Albinos do meu Brasil e do mundo”, consegue buscar diversas pessoas interessadas no assunto, como exemplo pesquisadores, estudantes, rede de televisão, pessoas que buscam referências para desenvolver seus estudos e até mesmo para publicidades e propagandas televisivas.

O instrumento de coleta de dados utilizado para posterior análise foi um questionário semiestruturado constando 12 questões de múltipla escolha e 1 questão aberta, objetivando uma mensuração com abordagem qualitativa das informações prestadas.

ANÁLISE DE DADOS E ENFOQUE DO ESTUDO.

Objetivando demonstrar uma percepção acerca da inclusão de portadores de albinismo e a realidade educacional enfrentada por eles, bem como precisar a inaptidão e o despreparo do professor acerca da assertiva adaptação metodológica, didática e educacional para atender o aluno portador de albinismo.

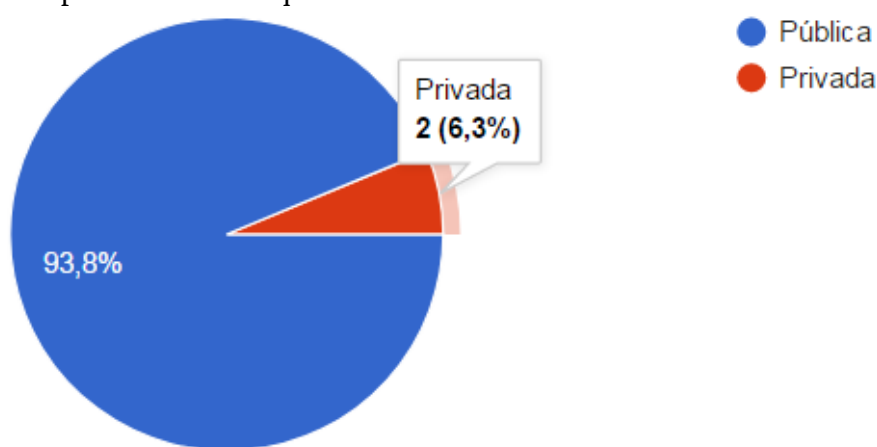
Nesse pensamento, este estudo busca uma compreensão do contexto sociocultural e sócio-educacional aplicada ao assertivo processo de ensino-aprendizagem do aluno

albino bem como demonstrar a necessidade de criação de políticas públicas educacionais voltadas a esse público, considerando-se que é um público que carece de atenção e que, tanto os órgãos governamentais e educacionais, acabam fechando os olhos para tal necessidade.

O primeiro panorama abordado no estudo foi acerca de em qual tipo de instituição os portadores de albinismo estudaram, se é pública ou privada, este questionamento se faz de suma importância para precisar onde estão as maiores demandas de melhoramento do atendimento educacional especializado e objetivando ainda demonstrar quais.

Nessa compreensão, o gráfico 1 demonstra que 93,8% dos respondentes estudaram e ou estudam em escola pública, quase que em sua totalidade de respondentes.

Gráfico 1 – Tipo de escola em que estuda.



Sabe-se que uma plena alfabetização e letramento do educando é o passo fundamental para o exercício da cidadania; neste sentido, foi questionado como segundo ponto se eram realizados atendimentos especializados para melhoria da alfabetização e do letramento dos mesmos, haja vista que tal público demanda de certas preocupações no que tange a tal área.

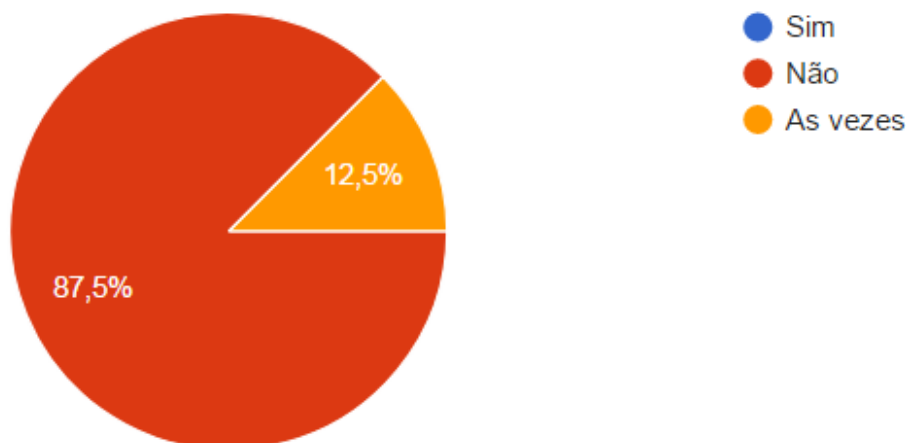
Conforme demonstrativo abaixo, 87,5% dos respondentes expressaram que o atendimento para melhoria do processo de ensino-aprendizagem em sua alfabetização não era realizado; em contrapartida, 12,5% dos respondentes disseram que eram realizados.

Percebe-se, portanto, uma defasagem dos devidos atendimentos especializados por parte da equipe escolar e/ou até mesmo uma despreocupação.

Demonstra Cavazzoti (2009) que, na escola atual, as mudanças tecnológicas e conteudistas por meio da comunicação no interior do processo de expansão e globalização das relações sociais exigem a inserção do alfabetizando nas práticas sociais bem fazendo as devidas adequações.

Ainda segundo Cavazzoti (2009), a concepção dos fundamentos da alfabetização e do letramento neste cenário de estudo demandará a adoção de novos conteúdos e novas metodologias de ensino.

Gráfico 2 – Realização de algum atendimento especializado para a melhoria da sua alfabetização.



Os professores e a equipe pedagógica têm de se munir de recursos e atrelar estes recursos a suas metodologias, objetivando alcançar um pleno processo de ensino-aprendizagem do educando; nessa concepção, foi indagado aos respondentes se a equipe docente adequava ou adequa os materiais didáticos às suas necessidades, isso se dá haja vista que a adequação dos recursos didáticos também faz parte do processo de atendimento educacional especializado.

Secunda Bandeira (2009), os materiais didáticos e/ou recursos didáticos não se restringem a livros, mas sim a todos os produtos pedagógicos, como jogos, ábacos, brinquedos educativos, blocos lógicos,

Nessa percepção, a mensuração das respostas se deu da seguinte forma: 65% dos respondentes afirmou que os materiais não eram adequados, 28,1% afirmaram que, às vezes, eram adequados e 2% afirmavam que sempre eram adequados.

Nesse cenário, vale lembrar que pessoas com albinismo demandam de certos materiais didáticos com adequações específicas e deve a equipe pedagógica fazer as devidas análises para essa adequação. Bandeira (2009), por sua vez, afirma que o material instrucional deve ser elaborado, com finalidade didática específica.

A grande maioria, se não em sua totalidade dos PCA's, possuem alguma deficiência visual; nesse sentido, os materiais didáticos, segundo Sá, Campos e Silva (2009), devem proporcionar prazer e motivação, o que leva à intencionalidade e esta desenvolve a iniciativa e a autonomia, que são os objetivos primordiais da estimulação visual

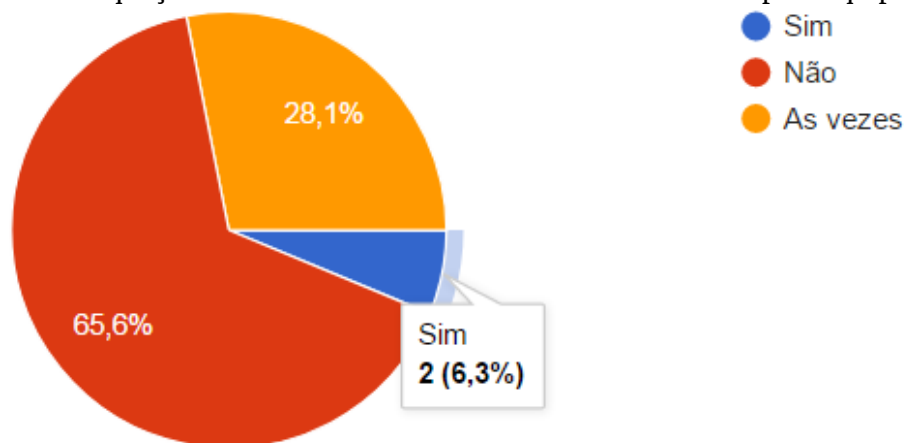
Ainda na visão do autor, algumas atividades predominantemente visuais devem ser adaptadas com antecedência e outras durante a sua realização por meio de descrição, informação tátil, auditiva, olfativa e qualquer outra referência que favoreçam a configuração do cenário ou do ambiente.

Nesse caso, podemos citar apresentação de vídeos, slides, que devem ser adaptados com letras que causam conforto para que o aluno consiga fazer o devido acompanhamento, a mesma coisa acontece com legendas, caso ocorra a oportunidade de passar um filme em sala de aula.

Deve-se estimular a visão do aluno, isso está fundamentado na escolha assertiva dos recursos didáticos escolhidos, cores fortes, contrastantes, auto relevo devem fazer presença na hora de se optar por um recurso didático, outro ponto a se considerar é a escolha por materiais que o aluno utiliza: é sempre bom escolher lápis 3B, seja para

escrita e/ou colorir, haja vista que estes tem a grafia mais grossa, favorecendo que o aluno consiga compreender de maneira mais clara o que ele está escrevendo e ou colorindo, o mesmo deve ocorrer com giz de cera e outros materiais lúdicos.

Gráfico 3 – Adequação os materiais didáticos as suas necessidades pela equipe docente.



Quando questionados acerca das dificuldades de aprendizagem, devido ao despreparo dos profissionais de educação, o resultado foi bem heterogêneo, sendo que 28,1% afirmaram que não sentiram dificuldades acerca do processo de aprendizagem, já 25% dos respondentes reiteraram que, às vezes, sentiram dificuldade e 46,9% afirmaram que tiveram dificuldades, percebe-se que, em relação aos outros resultados, a dificuldade no processo de aprendizagem por falta do despreparo docente ainda permanece alta.

Contudo, essa perspectiva vem sendo minimizada haja vista que o Ministério da educação, em conjuntura com as secretarias de educação estaduais, vem estabelecendo diversas diretrizes e resoluções para a formação docente e na operacionalização da educação especial inclusiva como exemplo, portaria nº 1.793, de dezembro de 1994 que estabelece a necessidade de complementação curricular de formação docente e de outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e a resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que dispõe sobre as diretrizes curriculares para a operacionalização para a educação especial na educação básica.

Um aspecto importante a se considerar para o aluno albino no que tange ao processo assertivo de alfabetização é a posição em que o aluno se assenta; em virtude da baixa visão, o aluno tem que se assentar em um local em que se sinta confortável, ou seja, um local em que o aluno consiga visualizar plenamente a lousa e em que a iluminação seja também conveniente.

Quando questionados acerca da posição em que se assentavam/assentam, os respondentes afirmaram o seguinte: 87,5% disseram que o local era favorável e adequado, sendo respectivamente 6,25 afirmavam que, às vezes, o local era adequado e 6,25% afirmaram que o local não era adequado.

O ideal é desenvolver mapas de sala fixos com carteiras nomeadas, objetivando o não constrangimento do aluno. O professor deve estar sempre atento ao aluno com albinismo e com baixa visão, estes sempre demonstram características peculiares, que mostraram as suas dificuldades; nessa concepção, o professor tem sempre de estar com diálogo aberto com os alunos, acerca da inclusão e do respeito às diferenças individuais e coletivas da sala.

Gráfico 4 – Dificuldades de aprendizado durante sua vida escolar devido ao despreparo dos profissionais de educação.

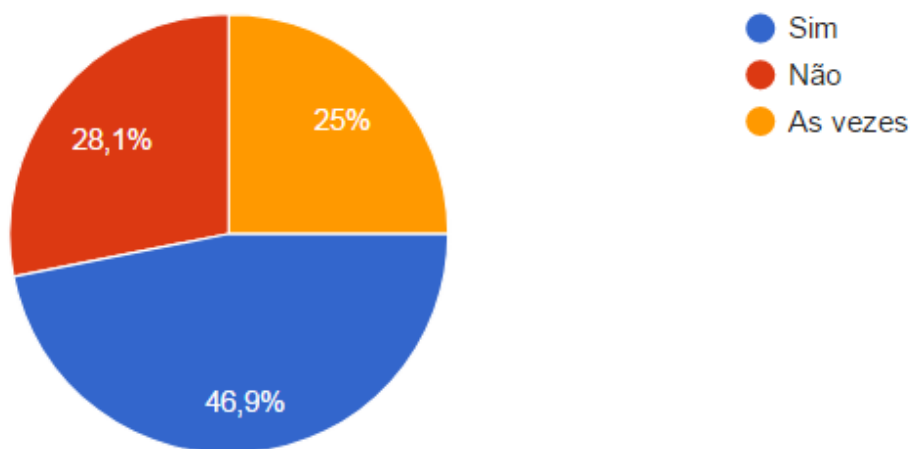
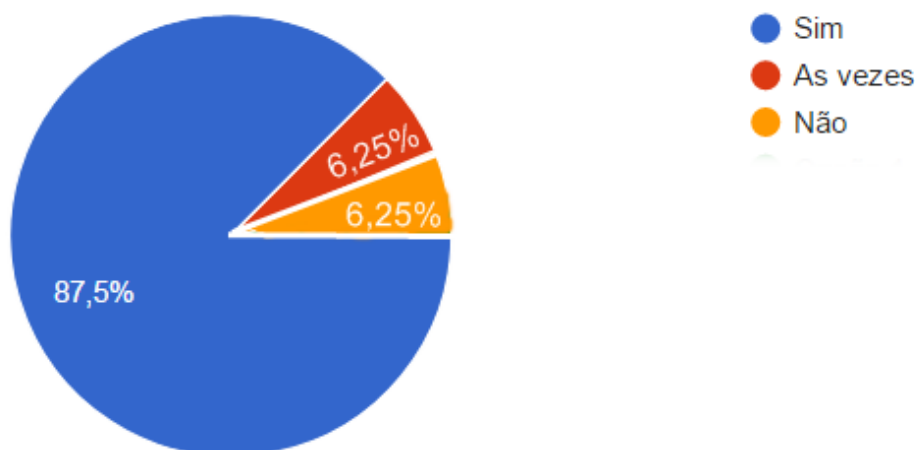


Gráfico 5 – Assenta/Assentava em local apropriado em sala de aula objetivando favorecer a leitura da lousa.



Quando indagado acerca da disponibilização de recursos tecnológicos e tecnologia assistiva para viabilizar o processo formativo, 93,8% dos respondentes afirmaram que nunca receberam ou tiveram tal contato, já 3,1% afirmaram que às vezes e 3,1% afirmaram que sim recebiam tais recursos.

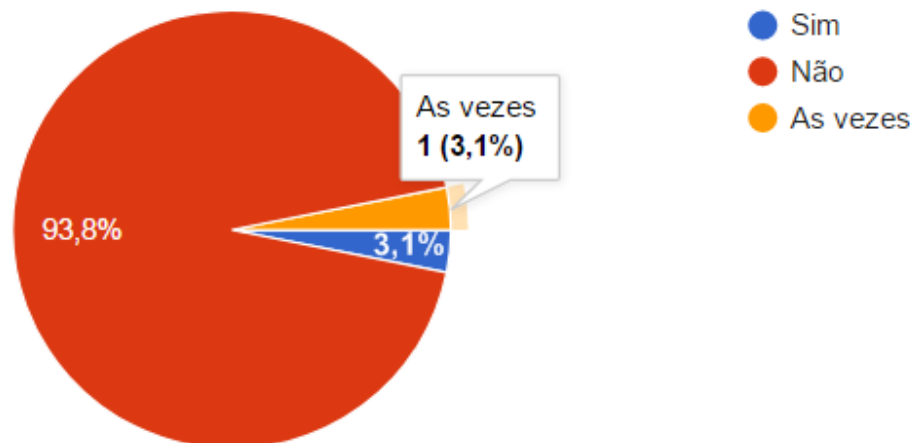
Nessa perspectiva, Prestes (2014) afirma que o processo de alfabetização pode ser viabilizado através de tecnologia assistiva, haja vista que essa busca minimizar os impactos das limitações dos seres humanos,

Ainda na visão do autor, Tecnologia Assistiva (TA) dirige-se aos recursos de acessibilidade, devendo se considerar para quem vai utilizar, para que vai utilizar e como irá utilizar. Nessa perspectiva, surge ainda dentro do contexto de tecnologia assistiva um recurso que atende plenamente aos PCA's, que são os softwares educativos que, segundo Prestes (2014) auxiliam os professores no ensino de diversas disciplinas.

Pode-se ainda destacar diversos softwares de apoio a pessoa com deficiência como leitores de tela, ampliadores de tela, dentre outros. Deve-se lembrar que toda a tecnologia da informação e comunicação está a serviço dos docentes, cabe a ele efetuar o devido planejamento; para tanto, um roteiro para escolha do uso de software para PCA's pode ser utilizado analisando os seguintes questionamentos: qual a finalidade do

sistema? O processo de ensino e aprendizagem será viabilizado? Qual a finalidade? O aluno se adequou a ele?

Gráfico 6 – A instituição educacional disponibilizava/disponibiliza algum recurso tecnológico para viabilizar sua alfabetização.



Segundo Sá, Campos e Silva (2007), os recursos óticos são dispositivos especiais e/ou lentes que buscam magnificar a imagem à retina, são prescritos por médicos oftalmologistas e podem se configurar como lupas, telescópios e lentes que darão um conforto para os PCA's,

Nessa concepção, podemos citar alguns que podem ser utilizados por PCA's: os recursos óticos para longe, como exemplo, o telescópio ou telulupas, usados para leitura e plena visualização da lousa ou o que quer que esteja sendo apresentado.

Quando questionados se a instituição educacional dispunha de recursos óticos para viabilização do processo de ensino-aprendizagem, 100% dos respondentes afirmam que não, demonstrando uma defasagem das instituições em não se preocupar ou, até mesmo, por desconhecer que tais recursos possam ser de grande valia para os alunos PCA's,

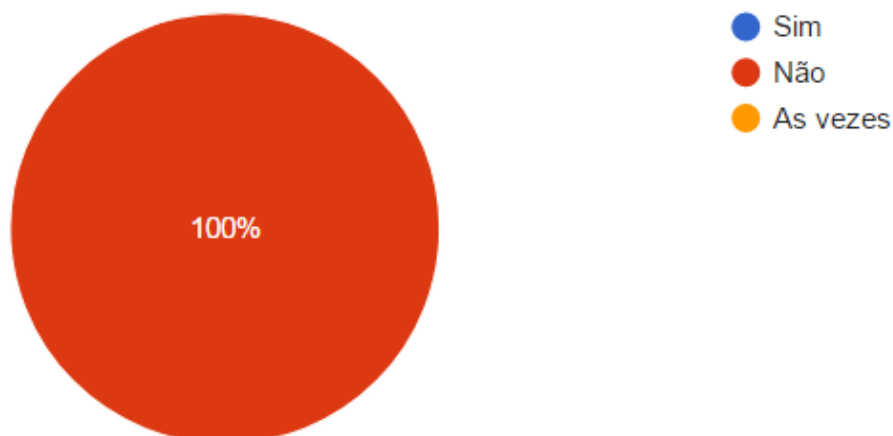
Sá, Campos e Silva (2007, p.19) apresentam os seguintes recursos óticos para perto: óculos especiais com lentes de aumento que servem para melhorar a visão de perto. (óculos bifocais, lentes esferoprismáticas, lentes monofocais esféricas, sistemas telemicroscópicos)

Ainda na visão de Sá, Campos e Silva (2007, p.19),

Existem ainda as Lupas manuais ou lupas de mesa e de apoio: úteis para ampliar o tamanho de fontes para a leitura, as dimensões de mapas, gráficos, diagramas, figuras etc. Quanto maior a ampliação do tamanho, menor o campo de visão com diminuição da velocidade de leitura e maior fadiga visual.

Sabe-se que os PCA's estão patologicamente acometidos a falta de melanina que, por sua vez, é a substância que dá cor a pele, pelos etc.; nesse sentido, a falta dela faz com que lhes confirmem características peculiares, como pele branca ou rosada, pelos brancos ou amarelados, olhos claros, o que se configura em uma sensibilidade grandiosa na exposição ao sol e aos raios ultravioletas.

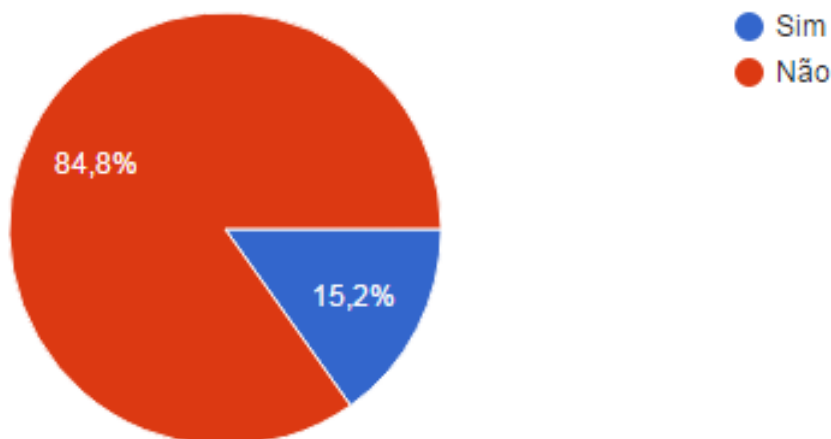
Gráfico 7 – A instituição educacional disponibilizava/disponibiliza algum recurso óptico para viabilizar sua alfabetização.



A exposição ao sol pode causar queimaduras graves e provocar patologias cancerígenas; nessa concepção, no que tange à educação física escolar para os alunos com albinismo, deve-se ter cuidado em especial quando questionados acerca do local em que ocorriam as aulas, 84,8% dos respondentes afirmaram que os locais não eram cobertos e 15,2% afirmaram que o local era coberto.

Percebe-se que, em sua maioria, as escolas não possuíam espaços para as aulas de educação física cobertos; nesses casos, o professor, juntamente com a equipe pedagógica, deve criar estratégias alternativas de se avaliar a aprendizagem deste aluno e criar ferramentas diferenciadas de ministrar o conteúdo.

Gráfico 8 – Os espaços onde acontece ou aconteciam as aulas de educação física eram cobertos.

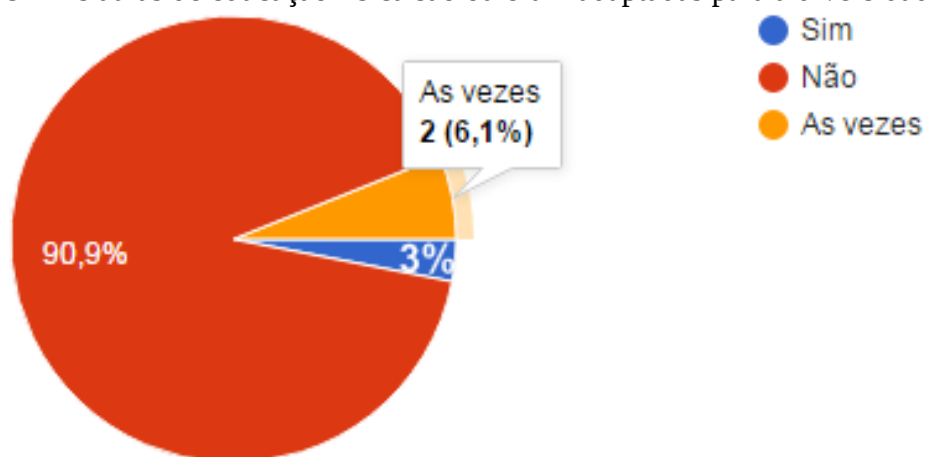


Como já informado, as pessoas portadoras de albinismo, patologicamente, possuem limitações visuais que, em diversas ocasiões, a impedem de praticar determinados esportes devido a questões de acuidade visual, miopia e demais patologias que envolvem a visão.

Nessa perspectiva, foi indagado aos respondentes se as aulas de educação física eram adaptadas para a diversidade e as diferenças de aprendizagem dos alunos, 90,9% dos alunos afirmaram que não, 6,1% afirmaram que às vezes e o restante de 3% afirmaram que eram adaptados.

Percebe-se uma grande defasagem na concepção de adaptação das aulas de educação física para a diversidade; principalmente para pessoas com albinismo, surge uma dificuldade de como desenvolver os planos de aula, como efetuar a avaliação da aprendizagem desses alunos, sem que a inclusão seja perdida; contudo, esse é um desafio que deve ser trabalhado pelos docentes da área e com a equipe pedagógica da escola.

Gráfico 9 – As aulas de educação física são ou eram adaptadas para a diversidade.



Oliveira *et al.*, (2014) afirmam que:

A partir de mudanças sociais e econômicas, novas formas de perceber e exercer o ensinar foram transformando e democratizando os conhecimentos que antes eram restringidos pelos núcleos familiares e as classes sociais. Assim, a escola que hoje conhecemos em suas funções e estrutura é (e sempre será) o resultado da busca por satisfazer, mesmo que momentaneamente, os desafios, as necessidades de cada geração que, por sua vez, contribuem para as mudanças e reestruturações sociais. (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p.43).

Ainda na visão de Oliveira *et al.*, (2014), as pessoas com necessidades especiais, no decorrer da história, ficaram alheias a tudo, a exclusão social e total, o que seria pertinente a eles: a vida em sociedade, educação e dignidade. Somente nas últimas décadas é que se tem notícia de outra perspectiva para essas pessoas – o pertencimento à sociedade como qualquer outro cidadão.

Nessa perspectiva, foi questionado aos respondentes se os profissionais da educação, estimulavam a inclusão, o direito à igualdade e o trabalho em equipe, isso porque a escola tem, em sua plenitude de função social, preparar o aluno para a sociedade, seja ela com necessidades especiais ou não.

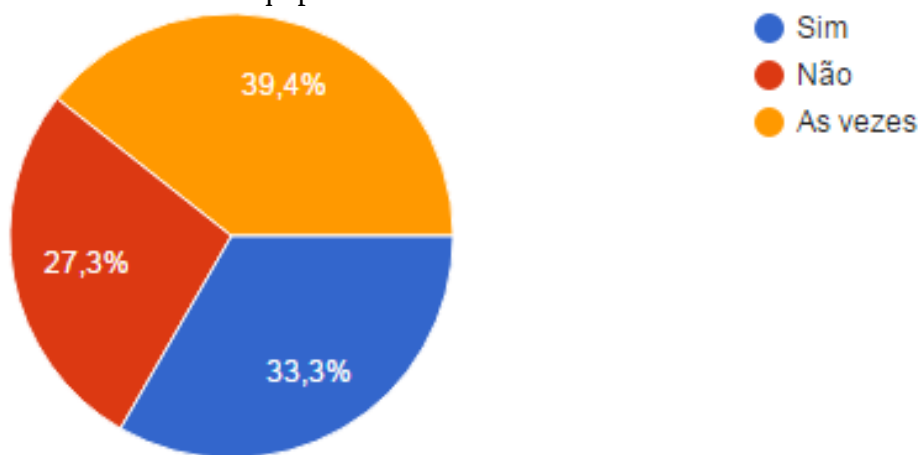
Nesse cenário, 27,3% dos respondentes afirmaram que não eram estimulados às variáveis supracitadas, sendo que 39,4% afirmaram que às vezes e 33,3% afirmaram que sim, havia a inclusão e o processo motivacional.

Ainda na visão de Oliveira *et al.* (2014, p.83), as pesquisas envolvendo a integração e, atualmente, a inclusão educacional indicam a necessidade de novos estudos para validar práticas inclusivas. Ressaltam também a importância de investigações sobre:

as percepções dos colegas a respeito da presença de alunos com necessidades especiais no ambiente regular de ensino; as interações sociais que ocorrem naturalmente entre os portadores e os não portadores de necessidades especiais; o papel do adulto na mediação dessas relações. (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p.83).

Ou seja, o processo de inclusão não perpassa apenas por metodologias específicas de atendimento educacional especializado, mas também na preparação dos demais alunos da turma para receber um colega de turma que tem determinadas demandas e ainda criar cenários favoráveis e de aceitação.

Gráfico 10 – Os profissionais da educação estimulavam a inclusão, o direito a igualdade e o trabalho em equipe.



7 CONCLUSÃO

A complexidade de se fazer acontecer a verdadeira inclusão social e educacional das pessoas portadoras de albinismo está diretamente atrelada ao sentimento de se fazer acontecer o efetivo processo de ensino-aprendizagem por parte da equipe docente da escola e de toda a equipe pedagógica.

Por conseguinte, como objetivo primordial deste artigo, demonstrou-se, através de um estudo de caso e revisão de literatura, que é necessário abrir os olhos para as políticas públicas de inclusão de pessoas portadoras de albinismo no contexto escolar com os devidos acompanhamento pedagógicos especializados e adequados para a especificidade de tal grupo.

Nessa visão, percebe-se que o assertivo atendimento educacional especializado focado na inclusão perpassa sobre uma profunda análise das condições e desempenhos escolares do aluno com albinismo, objetivando definir estratégias, metodologias alternativas, métodos alternativos de avaliação da aprendizagem.

8 REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos**. IESDE, Curitiba, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em 15 de Jun de 2017

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em 25 de Maio de 2017.

BÍSCARO, Roberto Rillo. **Albinos do Meu Brasil:** a luta para não passar em branco. Oralidades Revista da USP, São Paulo, 2012.

CALDERARI, Maria de Fátima, MENDONÇA, Ida Regina, PRESTES, Irene Carmem. **O currículo e a educação especial.** IESDE, Curitiba, 2014.

CALDERARI, Maria de Fátima, MENDONÇA, Ida Regina, PRESTES, Irene Carmem. **Prática de ensino para a educação especial numa perspectiva inclusiva.** IESDE, Curitiba, 2014.

CAVAZZOTI, Maria Auxiliadora. **Fundamentos Teóricos metodológicos da alfabetização.** IESDE, Curitiba, 2009.

BRAUM, Patricia. **Tópicos especiais em educação inclusiva.** IESDE, Curitiba, 2014.

PLANALTO. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm > Acesso em 15 de Jun de 2017

PRESTES, Irene Carmem Picone. **Tecnologia Assistiva e comunicação alternativa.** IESDE, Curitiba, 2014.

SÁ, Elizabet Dias, CAMPOS, Izilda Maria de SLVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento educacional especializado – Deficiência visual.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf > Acesso em 15 de Jun de 2017

BISCARO, Roberto. **Falta de Políticas Públicas par albinos.** Disponível em <http://www.albinoincoerente.com/2016/06/falta-de-politicas-publicas.html>> Acesso em 15 de Jun de 2017

TERRA. **Saiba quais cuidados a pele albina requer.** Disponível em <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/beleza/sua-pele/saiba-quais-cuidados-a-pele-albina-requer,162817cbd3e27310VgnCLD100000bbcceb0aRCRD.html>. > Acesso em 15 de Jun de 2017

SANTOS, Ivair. **Discriminação aos albinos.** Disponível em <https://observatoriodafrica.wordpress.com/2016/06/28/a-discriminacao-aos-albinos/>, Acesso em 15 de Jun de 2017